

---

# A QUESTÃO DA ALFABETIZAÇÃO NA TERCEIRA IDADE

---

## *THE QUESTION OF LITERACY IN OLD AGE*

Ana Leide de Sousa Pontes 34  
Gilson Xavier de Azevedo 35

### RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo buscar entender o processo que levou o Brasil a ter números tão expressivos de analfabetos, especificamente os idosos, os monarcas, a história econômica social trouxe uma grande perda e a violação dos direitos fundamentais do cidadão. O problema proposto foi de considerar se esta enorme lacuna será um dia preenchida, e se os programas desenvolvidos pelo Ministério da Educação serão capazes de resolver esse fato. A motivação para o estudo surgiu de nossas observações no ambiente de trabalho ao verificar o grande número de idosos analfabetos e sua grande vontade de aprenderem a ler e escrever, pois sentiam-se envergonhados em colar a digital na almofada de carimbo quando precisavam assinar algum documento. Trata-se de uma pesquisa Qualitativa de caráter bibliográfico, realizada através de leituras em sites acadêmicos, livros, revistas científicas. Justifica-se a pesquisa pelo fato de que diversas pesquisas apontam números alarmantes de idosos analfabetos e estes números crescem com velocidade assustadora. Acredita-se que o estudo poderá contribuir significativamente na criação de programas Educacionais capazes de tirar o público idoso da situação vexatória de não saber ler e escrever.

**Palavras-chaves:** Educação adulta. Analfabetismo. Programas educacionais.

### ABSTRACT

This research aims to understand the process that led Brazil to have such significant numbers of illiterates, specifically the elderly, monarchs, the social economic history brought a great loss and violation of the fundamental rights of citizens. The problem proposed was to consider whether this huge gap will one day be filled, and whether the programs developed by the Ministry of Education will be able to resolve this fact. The motivation for the study came from our observations in the workplace when verifying the large number of illiterate elderly people and their great desire to learn to read and write, as they felt ashamed to stick their fingerprints on the stamp pad when they needed to sign a document. This is a Qualitative bibliographic research, carried out through readings on academic websites, books, scientific journals. The research is justified by the fact that several researches show alarming numbers of illiterate elderly people and these numbers are growing with frightening speed. It is believed that the study can significantly contribute to the creation of educational programs capable of taking the elderly public out of the embarrassing situation of not knowing how to read and write.

**Key-words:** Adult education. Illiteracy. Educational programs.

---

<sup>34</sup> Graduando em Pedagogia pela UEG UAB CEAR 2021 (leidecouthinho2008@hotmail.com).

<sup>35</sup> (Orientador) Graduado em Filosofia pela FAEME (2007), Ph.D. em Educação pela PUC GO (2020) (gilson.azevedo@ueg.br).

## INTRODUÇÃO

Segundo a definição da UNESCO, “uma pessoa funcionalmente analfabeta é aquela que não pode participar de todas as atividades nas quais a alfabetização é requerida para uma atuação eficaz em seu grupo e comunidade, e que lhe permitem, também, continuar usando a leitura, a escrita e o cálculo a serviço do seu próprio desenvolvimento e do desenvolvimento da comunidade”. Ainda sobre conceito, é o estado da pessoa que, embora saiba ler e escrever, não possui os conhecimentos necessários de leitura e/ou de cálculos para ter uma vida socialmente funcional.

Falar de Analfabetismo no Brasil, deve nos remeter à origem da escrita, ao contexto da História do Brasil Colônia, Brasil Regência e da República até os dias de hoje, pois assim, teremos uma visão do porque o analfabetismo tem índices tão elevados e porque ainda não foi erradicado no Brasil. Segundo estudos de Ferraro (2009), BRASIL (1988) Haddad (2015), BRASIL (2019) Durkheim (2003), a escrita se deu no ano de 4000 a. C, na Mesopotâmia, as pessoas desenvolveram a escrita cuneiforme, usando argila e a cunha. Os registros pré-históricos do cotidiano eram feitos por meio de desenhos nas paredes, chamados de arte rupestre, esta não tinha uma organização ou padrão, não podendo assim serem chamados de escrita, porém, era o início da comunicação entre os seres humanos.

Na Roma antiga foi instituído o alfabeto romano, as letras eram escritas em pergaminhos, criou-se um novo estilo, a escrita uncial (constituía-se de letras grandes arredondadas que, mesmo conservando a forma das maiúsculas, já prenunciavam as minúsculas é por excelência a grafia dos codex (livro) adaptadas à pena, suas letras eram bem juntas umas das outras para economizar espaço no pergaminho), muito usado na escritura de bíblias escritas. No período da Alta Idade Média, um monge inventou outro tipo de alfabeto, mas era de difícil leitura, então, Ludovico Arrighi inventou o caderno de caligrafia, a ele se deve o que hoje chamamos de itálico. Na China, criado foi o sistema ideográfico, um símbolo para cada coisa. Na América Central, os maias e os astecas tinham seus sistemas de escrita, mas foram destruídos pelos europeus após uma invasão, sua escrita era chamada de *nahuatl*, mas esta não foi decifrada pelos pesquisadores. A China contribuiu em muito com a criação do papel, assim como a invenção da imprensa por Guttemberg.

No Brasil, o primeiro contato com a escrita chega por meio de uma carta escrita por Pero Vaz de Caminha, falando das maravilhas de uma nova terra, e com a chegada de Pedro Álvares Cabral ao Brasil em 1500, surge a primeira correspondência.

O método usado nesta pesquisa foi o Exploratório de Caráter Bibliográfico com análise qualitativa das fontes. Ela serve para obter dados descritivos que expressam os sentidos dos fenômenos. A pesquisa foi desenvolvida a partir de pesquisas bibliográficas, pesquisas em sites, livros, revistas, portarias, onde serão buscadas informações suficientes e relevante, os conceitos analisados foram: “O livro História Inacabada”, de Ferraro (2009) e no livro “A velhice: realidade incômoda de Beauvoir”, além de artigos da Constituição Federal, art. 205, PNA Art. 3º ao 7º. A pesquisa documental será uma contribuição para que o desenvolvimento dos programas locais possa trazer resultados positivos para alterar a condição dos idosos com relação ao analfabetismo. A pesquisa procurará conhecer o perfil do idoso e seu interesse em mudar sua condição de analfabeto, consultar órgãos governamentais procurando soluções por meio da criação de projetos educacionais.

Os objetivos dessa pesquisa são: conhecer os motivos pelos quais uma grande parte da população ainda é analfabeta? Quais os meios que o governo pretende usar para sanar este problema? Como levar à sala de aula adultos que já possuem idades avançada, ou se seria possível criar outras formas fora do tradicional para conseguir alfabetizar cidadãos que ficam marginalizados de seus direitos?

No tópico 1 será dada uma descrição de como a educação foi implantada desde o descobrimento do Brasil, mostrando como surgiu, os impedimentos que houveram e se houveram ou não os avanços. No tópico 2 será abordado o desenvolvimento, crescimento e problemas que por ventura tenham surgido para que a educação não seja considerada de qualidade e o que o governo fez e faz para cumprir as metas propostas e que ainda não foram alcançadas.

É necessário identificar e descrever os motivos pelos quais há um número exorbitante de idosos analfabetos, verificar porque os programas de erradicação do analfabetismo na fase adulta não têm resultados positivos, descrever as situações em que os idosos não conseguem se inserir nos programas lançados pelo governo, e identificar as lacunas que tornam inacessíveis a participação do idoso nas escolas.

## **1 HISTÓRIA DO ANALFABETISMO NO BRASIL**

Após discorrer sobre a origem da escrita no mundo, faz-se necessário abordar o tema educação no Brasil desde os tempos Brasil Colônia, Brasil Regência e República. Ser Colônia significa ser “dependente”, não ter autonomia para decidir seu destino, e assim era o Brasil, tinha a função de dar lucro à Portugal, seu colonizador, e por necessidade da metrópole, de ter

lucro economicamente. No livro de Maria Alice Brezezinski Prestes, há evidências de que Portugal importava-se somente com a geração de riquezas.

Num cenário mais avançado que a condição de prover educação, os que tinham missão de serem naturalistas viajantes deveriam fazer a extração ou exploração das riquezas naturais, esse progresso conquistado era de Portugal e não do Brasil, pois, na condição de colono, fomentava a economia da metrópole, e o ensino não tinha peso, não tinha importância e ficou de lado. As riquezas adquiridas nas viagens, sempre tiveram muita importância, os “cronistas” encarregados dos relatos deixavam bem claro em suas narrativas.

Até mesmo a ciência foi pouco valorizada nas excursões exploratórias, mais uma prova que somente a riqueza tinha muita importância. Por meio de acordos entre o Estado e a Igreja, a educação ficou na responsabilidade dos Jesuítas, na chamada Companhia de Jesus, com a educação Jesuíta, a força da igreja católica, era tida como um Estado dentro do Estado português. Para Fausto (2000, p. 41), tudo se tratava de poder, tanto de Portugal quanto da igreja católica.

#### 1.1 As riquezas e o poder

O Brasil com sua fonte inestimável de riquezas passou a ser explorado por Portugal, a ganância era o ponto mais visível quando se tem um olhar de fora de todo o contexto. Assim surge na educação do Brasil uma necessidade do Estado de aumentar os lucros, pois a expansão exigia o conhecimento, e esse em vez de se tornar essencial, tornou-se simplesmente uma necessidade ligada à contra-reforma católica, o que resultou na criação de colégios, seminários e até universidades para que o poder não saísse das mãos da Igreja Católica.

Os jesuítas foram responsáveis pela inculturação indígena; Manoel da Nóbrega chefiou a missão de converter os índios à fé católica. Por meio dos estudos os jesuítas mantinham o poder sobre os índios, fazendo assim com que o protestantismo não tivesse vez. Esse poder religioso sobre a educação perdurou por 210 anos, enquanto jesuítas atendiam índios, filhos de colonos, mamelucos, mas em 1759 os jesuítas foram expulsos do país pelo Marquês de Pombal, que os acusou de apoiar os indígenas na resistência contra Portugal, após um atentado contra a vida do Rei, Pombal encontrou o pretexto para expulsar os jesuítas, apesar de Pombal ser conhecido como um Despota, ele deu um impulso à educação, pois queria que Portugal se equiparasse ao restante da Europa. Pombal criou leis que proibiam escravizar índios e acabou com a discriminação dos cristãos novos, que eram os judeus recém convertidos ao catolicismo, isto na época da Inquisição, reformou juridicamente a Universidade de Coimbra.

Em 1599 é criado o *Ratio Studiorum*, uma coletânea de experiências do Colégio Romano adicionada de observações pedagógicas de diversos outros colégios, o objetivo deste era unificar o ensino, poderia dizer que a BNCC dos jesuítas. A intenção os jesuítas era tirar os costumes nativos dos índios e o ensino foi o meio encontrado para realizar este feito, quando estivessem “domados” por meio do ensino, os índios seriam, presa fácil, pois ficariam distantes de sua cultura, seriam domesticados, aculturados.

Fausto (2009) em sua análise, mostra que a concepção missionária da companhia de Jesus constituiu um esforço de transformar o índio, por meio do ensino, assim se criaria um grupo de cultivadores indígenas flexíveis às necessidades da colônia, como o serviço escravo não foi aceito pelos índios, os negros foram trazidos e mantidos escravos, Em 1535 chegou em Salvador o primeiro navio de negros, estes foram capturados em Angola, Moçambique e regiões como o Reino do Daomé, Portugal tinha uma pequena população e pela falta de braços, os colonizadores resolveram usar os escravos, este tipo de trabalho era bastante praticado na África e no mundo árabe, os navios negreiros desembarcavam nos portos brasileiros e da América.

As condições de vida dos escravos eram péssimas, e não viviam mais de 10 anos de vida adulta, estes não tinham direito algum, as mulheres eram exploradas sexualmente e por muitas vezes recorriam a abortos para que seus filhos não tivessem a mesma sorte, para fugirem do tratamento desumano, muitos fugiam, criaram os quilombos, após muitas lutas, mortes foi concedida a libertação dos escravos em 13 de maio de 1888, mas os negros foram libertos sem condições de se manterem e sem educação, entregues à própria sorte.

## 1.2 O Brasil Império

A Família Real desembarcou em Salvador em 1808, escoltados pela esquadra inglesa, seu único aliado, logo após foi aberto os portos às nações amigas, como um “agrado” pela ajuda recebida, assim dá-se início ao Brasil Império. A partir de 1822, o Brasil com a política educacional teve propósitos missionários/políticos/econômicos, traçados por recém independente buscava estruturar-se a proclamação da Independência representava o rompimento com o antigo regime e a abertura de uma nova ordem administrativa, jurídica e institucional.

A instrução pública fazia parte desse novo regime, pois, estava em construção um Estado Nacional e de um povo civilizado. Toda essa necessidade urgente gera momentos de intensos debates sobre o precisar de escolarização da população. A partir do Ato Adicional de 1834, as províncias tiveram poder de legislar sobre instrução. Estas começaram a procurar

lugares para instalar escolas na sociedade, e o meio de persuadir as pessoas era por meio de discursos e ações legislativas.

A escola teria o papel de ensinar a ler e escrever, contar, regras de civilidade, moralidade e religião. A criação das escolas não criou somente o estabelecimento de uma política educacional, mas, instituir uma estrutura técnica para administrar o setor público. A legislação sobre a educação normalizava métodos, material didático, o cotidiano escolar, horários e divisão do tempo, essa legislação também foi responsável por introduzir uma fiscalização que controlasse até a avaliação das escolas.

Muitas províncias discutiam sobre a necessidade das escolas, mas as atividades legislativas tornaram obrigatórias à frequência das crianças nas escolas normais, ponto importante também são os limites e dificuldades financeiras para investimentos nas escolas. Uma característica da legislação deste período, era a de moldar o caráter, ordenar relações sociais e civilizar o povo, sendo assim, ao se criar uma lei o objetivo era de construir e estruturar o Estado.

Segundo Faria Filho (2003), a lei construía e desconstruía significados sociais. A legislação escolar estudava o presente para trazer soluções num futuro próximo. Há poucas informações sobre o quanto se investia em educação, o que se diz é como eram poucos os recursos aplicados na instrução. Os locais alugados para as aulas eram de acordo com o valor disponível para o pagamento do aluguel, e não pela estrutura necessária para atender bem as crianças.

O salário dos professores era pago trimestralmente e se este pagasse aluguel, recebia junto do salário e precisavam apresentar a frequência dos educandos para receberem o salário, os objetos para o ensino, como cadeiras, cadernos e o que precisasse, eram comprados pelos professores, visitantes e pais de educandos. O ensino primário é obrigatório desde 1835, os professores, pais e visitantes eram responsáveis por mobiliar as salas de aula, as crianças eram obrigadas a frequentarem as aulas, e os pais seriam punidos se isso não acontecesse. Em 1835 surgem as escolas para adultos, com idade a partir de 15 anos e que trabalhassem junto com seus pais. Nas escolas secundárias estudavam haviam mais aulas teóricas do que técnicas, assim os educandos saíam despreparados profissionalmente, tendo chance de trabalho somente nos cargos públicos.

Com relação ao método de ensino, na segunda metade do século XIX, cada professor adequava sua metodologia. Surgem as escolas particulares, que passariam a receber muitos educandos pobres e o governo repassava às escolas um valor exorbitante, e então passou a exigir uma licença para funcionamento, assim passaria a ter o controle da quantidade de escolas



particulares, em 1869 houve uma flexibilização dessa exigência. As exigências para ser professor era que este dominasse o conhecimento exigido pela lei, ter moral exemplar e principalmente ter frequentado a Escola Normal, esta escola era considerada o local de transmissão do saber pedagógico.

A partir de 1875, há a aprovação de leis e regulamentos que estruturam as escolas profissionalizantes, nestas eram ensinadas habilidades de marcenaria, ferreiro e agricultura. Pobres e os escravos foram inseridos nas escolas para terem uma qualificação, mas, o objetivo da escola profissionalizante era tornar homens livres e ex-escravos em homens úteis à Província. André Simão diz: “Os ingênuos e demais homens livres deveriam ser “recuperados” para uma vida digna, uma vida de trabalho por meio da educação”.

## **2 A SOCIEDADE E A EDUCAÇÃO DE PROFÍCUA**

O envelhecimento populacional é uma ocorrência social multifacetada que precisa de ações interdisciplinares. Devido ao fato de haver um envelhecimento populacional muito rápido, principalmente no Brasil, onde a fecundidade começou a diminuir e a mortalidade também foi reduzindo. De acordo com o Censo (2010), o número de pessoas com mais de 60 anos é superior a 21 milhões, a OMS considera um país envelhecido quando representa cerca de 11% da população total.

O crescimento da população idosa brasileira será de aproximadamente 15 vezes, entre 1950 e 2025, enquanto o da população como um todo será de não mais que cinco vezes, no mesmo período. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil será a sexta população mundial com o maior número de idosos, em 2025, atingindo 35 milhões, em números absolutos.

### **2.1 A velocidade do envelhecimento**

Observa-se, uma mudança na estrutura etária da população brasileira. Em 2010, para cada 100 crianças de 0 a 14 anos, havia 22, 8 idosos com  $\geq 65$  anos. Em 2050, existirão 172, 7 idosos para cada 100 crianças de 0 a 14 anos. Destaca-se então a importância científica e social na busca de condições que interferem no bem estar na senescência trazendo intervenções e propostas das políticas públicas neste novo público gerontológico.

O conceito de qualidade de vida relaciona-se à autoestima e ao bem estar pessoal e abrange uma grande gama de aspectos, tais como: a capacidade funcional, o nível socioeconômico, o estado emocional, a interação social, a atividade intelectual, o autocuidado, o suporte familiar, o estado de saúde, os valores culturais, éticos e a religiosidade, o estilo de

vida, a satisfação com o emprego e/ou com as atividades da vida diária e com o ambiente em que se vive.

Assim, o conceito de qualidade de vida é, portanto, um conceito subjetivo. A mudança que a população vem sofrendo com relação à faixa etária, e trouxe a necessidade de locais para acolher esse novo público, surge assim as Universidades Abertas para a Terceira Idade, onde há garantias de integração social, uma vida digna e com qualidade. Contudo, para entrar na Universidade Aberta para a Terceira Idade é necessário ter conhecimentos básicos como ler e escrever, então essa opção de integração vem após a alfabetização do idoso.

A historicidade está relativamente ligada à essência da educação, não precisa de ter tido um passado, ela é definida por sua essencial transitividade, pois tem um futuro, por isso, o caminho que a educação trilhou até aqui nos leva à compreensão do processo educacional, e não se esgota. Toda vez que se exercita a tarefa educativa, estamos sendo levados a uma modificação, podendo assim antecipar o processo como um todo e o "desenvolvimento para o futuro". Por isso, todo 'programa de educação' é por natureza inconcluso e, até se poderia dizer, irrealizável, pois sua própria execução altera a qualidade dos elementos que o compõem (o educando, o professor, os métodos, as finalidades, etc) e determina a necessidade de um segundo programa, mais perfeito, mais adiantado.

A educação é histórica não porque se executa no tempo, mas porque é um processo de formação do homem para o novo da cultura, do trabalho, de sua autoconsciência. Diz-se que a educação como acontecimento é histórica porque ele vive aquilo que lhe cabe viver, é uma historicidade extrínseca, e quando se compreende sua própria história a historicidade passa a ser intrínseca. A educação é um processo onde há a formação do homem, portanto um fato histórico que tem duplo sentido, um que representa a própria história individual e a outra está ligada à fase vivida em comunidade na sua contínua evolução. A educação é um fato existencial, pois de acordo com as ações que o homem o pratica por meio da educação o configura em toda sua realidade.

“A educação é um processo social, ela é determinada pelo interesse que move a comunidade com o intuito de incorporar a comunidade às instituições à forma social vigente, contudo há uma contradição, pois, a sociedade se reproduz a si mesma, entretanto, é necessária uma diferenciação do futuro com relação ao que vivemos hoje. A inércia pedagógica e o progresso devem trazer uma ruptura do aparente equilíbrio, trazendo a criação do novo, a natureza histórico-antropológica está ligada à própria essência da educação”. (PINTO, 1984, p. 31).



A educação é a transmissão da cultura por meio dos meios que ela oferece educação é a transmissão integrada da cultura em todos os seus aspectos, o método pedagógico é função da cultura existente. O saber é o conjunto dos dados da cultura que se têm tornado socialmente consciente e que a sociedade é capaz de expressar pela linguagem. Nas sociedades iletradas não existe saber graficamente conservado pela escrita e, contudo, há transmissão do saber pela prática social, pela via oral e, portanto, há educação. A educação pelo saber letrado é sempre privilégio de um grupo ou classe, porque por meio do direito real e concreto de ser alfabetizado se especializam em educar, estes podem definir aquilo em que deve consistir na educação institucionalizada, escolarizada, fora disso tem-se uma sociedade que define incultura e ausência de educação. A educação se desenvolve sobre a perspectiva do lucro, pois assim se determina a distribuição das possibilidades educacionais da sociedade, dando assim a cada indivíduo um papel dentro da comunidade. A educação é uma atividade teleológica.

## 2.2 A finalidade da formação educacional

A formação do indivíduo sempre visa a um fim, ela sempre está ligada a um objetivo. No sentido geral, é tornar o educando num membro útil à comunidade. A educação é necessariamente cogitada onde se forma um indivíduo, sem que se tenha um conceito prévio, mas este conceito vem da consciência de alguém, inserido no tempo, espaço e posição social. No que diz respeito aos princípios da consciência, muitos grupos acreditam que cabe a eles ditarem as regras sobre aquele que não tem a consciência, o indivíduo deve recebê-la pela educação. Ainda sobre estes princípios a educação é a forma de transformar o não-homem em homem. Por isso os movimentos educacionais são importantes, pois determinam o fenômeno histórico da passagem de quantidade à qualidade, exigindo assim uma melhor educação.

A sociedade procura continuamente oferecer conhecimentos e atitudes que permitem a sobrevivência do grupo humano e que trazem benefícios financeiros, dado que se vive numa sociedade capitalista, o lucro sempre será o seu objetivo na verdade, o motor da educação está no interesse da sociedade em aproveitar para seus fins, por isso, a educação não é uma conquista do indivíduo, mas uma função da sociedade e como tal sempre dependente de seu grau de desenvolvimento. Onde há sociedade há educação: logo, esta é permanente.

O homem é por essência um ser inacabado, pois se constitui a si mesmo ao longo de sua existência social. Neste sentido, a sociedade cria o homem para si. Vão ser parte da educação desses novos membros da sociedade, e deste modo o saber e a cultura se desenvolvem e a educação se revela como um processo expansivo incessante. O homem, educado pela sociedade, modifica esta mesma sociedade como resultado da própria educação que tem

recebido dela. Entre o educador e o educando se interpõe a sociedade, que, de uma parte constitui o educador (e o institucionaliza) para educar, e de outra, pressiona o educando para educar-se. Mas essa transmissão da cultura pela educação, justamente porque supõe a mediação da sociedade, na realidade, pelo trabalho concreto dos homens, não é mecânica, e por isso o saber não se comunica inalterado de um indivíduo ao outro.

Ao contrário, na passagem de um ao outro, altera-se, torna-se maior pela contribuição da criação intelectual do educador, recebida pela sociedade e considerada por ela como um acréscimo indispensável para ser comunicado ao educando. Segundo o conceito ingênuo, o conteúdo da Educação está definido pela totalidade dos conhecimentos que se socializa do professor ao educando. São as disciplinas, o currículo do curso, aquele que enche as lições e são objeto da aprendizagem.

A Pedagogia convencional, oficial concentra toda sua atenção na intenção de o fazer mais adequado mais funcional possível para cada fase da vida do educando, de modo a escolher como assunto a transmitir somente aquele que será desejável para a formação da criança, do adolescente, do universitário. Percebe-se, desde logo, que esta escolha, onde pedagogos de gabinete, que não conhecem a realidade terá que ser ditada pelas concepções do pedagogo em relação ao tipo de homem que se deve formar mediante a educação. Neste momento, há grande divergência entre a educação humanistas e educação tecnológica.

O debate persiste até hoje, onde defensores da educação técnica, educação para o mundo de amanhã, onde o vício da ingenuidade afeta a discussão, este vício está na própria deficiência do que seria o conteúdo da educação, assim, são parte do conteúdo da educação: o professor, o educando, ambos com todas suas condições sociais e pessoais, as instalações da escola, os livros e materiais didáticos, as condições locais da escola, etc.

Por conseguinte, deve atender primordialmente aos interesses da sociedade. Se esta é democrática, os interesses dominantes têm que ser os do povo, e se consideramos um país em esforço de crescimento, tem que ser o de suas populações que anseiam por modificar sua existência. A discussão propriamente pedagógica sobre a conveniência desta ou daquela "matéria" em um currículo escolar não pode se fazer abstratamente, nem estar sujeita aos preconceitos do pedagogo. O conteúdo da educação é "popular" por excelência. Só deixa de sê-lo de fato em condições de alienação cultural.

Daí a tendência a concentrar a atenção sobre a melhoria dos procedimentos da técnica pedagógica, como se isso representasse o essencial no progresso do ensino. Esta orientação se faz sentir especialmente no que se refere à Educação de Jovens e Adultos (EJA), muito

particularmente no problema da alfabetização. A necessidade de buscar o "melhor" método de produzir a "melhor" cartilha é típico da consciência de fazer sempre o melhor.

E inútil decretar, que a educação escolarizada deve ser obrigatória, universal e gratuita, quando a sociedade não está capacitada para realizá-la concretamente. A forma da educação, incluindo sua extensão e distribuição, deve tender para esse ideal, porém não se institucionalizar desde agora desse modo, com o se já existissem as condições para tanto. Faltando estas, a forma social da educação tem que ser ditada pelo grau de adiantamento do processo de desenvolvimento.

O método educacional em particular, o método de alfabetização tem que ser definido com a dependência de seu conteúdo e significado social, isto é, levar em conta o cidadão que usufruirá dos recursos educacionais vindo por meio dos recursos financeiros, não sendo dessa maneira tudo será apenas obras imaginativas. Questões primordiais precisam ser analisadas: A quem educar? Quem educa? Com que fins? Por que meios? Todo projeto pedagógico tem que as considerar, compreendendo que constituem uma unidade, são aspectos de uma só totalidade. Todas essas questões São demasiadamente importantes, interligadas.

### **3 PESQUISAS SOBRE O ENSINO E A TERCEIRA IDADE**

Diante de tantas pesquisas relacionadas ao ensino na Terceira Idade, verificou-se um resultado desanimador, poucos avanços foram observados nos últimos 21 anos. Falando de EJA (Educação para Jovens e Adultos), estudos vem mostrando que se continuar da forma que está não havendo mudanças, seus dias estão contados. Apesar de ser um programa para adultos pouco se vê idosos sendo assistidos por EJA, porquê os idosos foram esquecidos?

A resposta a esta pergunta nos remete ao fato do Brasil ser capitalista. Mas qual a relação entre falta de políticas públicas específicas idosos analfabetos e o capitalismo? A própria definição de Capitalismo responde a esta pergunta, o idoso já está fora do mercado, não produz mais, por isso há investimento prioritariamente nos jovens adultos, pois estão na fase de produzir, portanto, geram lucro. Alguns dados são necessários para que se tenha uma noção da situação educacional na faixa etária adultos/idosos.

#### **3.1 Os números reais**

Os programas alfabetizadores têm-se mostrado ineficazes, prova disso é que apenas 7% continuam na EJA. Contamos também com o Programa Brasil Alfabetizado que em 2017 apresentou um aumento de 50% a mais de vagas, o Brasil possui 131,1 milhões de analfabetos

com idade de mais de 15 anos, entretanto, o grande erro é que as pesquisas se concentram em mostrar números e o que é de suma importância, que é alfabetizar passa despercebido.

O programa Brasil Alfabetizado tenta manter uma constância em resolver problemas das gestões em 2013 número de alfabetizandos era de 1.113.450 e em 2016 esse número era de somente 168mil. Atualmente 191 entidades estão ativas com 17,45 turmas e 167.971 alfabetizandos. A verba de custeio do programa é destinada à formação de alfabetizadores e coordenadores de turmas, aquisição de material escolar, alimentação escolar e transporte do alfabetizando, ainda é disponibilizado aos alfabetizadores e alfabetizandos uma bolsa durante o curso, e apesar de parecer estar tudo perfeito no projeto e destinação do dinheiro ainda não se sabe o porquê o Programa não dá certo, e procura-se meios para que o programa seja aprimorado, nesta busca conta-se com a participação de educadores, gestores, e a sociedade estão unidos na discussão das políticas que tratam do combate ao analfabetismo, nessa empreitada de resultados positivos a Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (Cnaeja) vem dar o apoio necessário discutindo a próxima fase do Programa, que é atingir um número máximo de adultos e também tratar da transferência de recursos para novas turmas. A história nos mostra que o Brasil tem um processo histórico de desigualdades sociais, evidenciando assim violações aos direitos de acesso à educação. A Cnaeja é formada por membros dos governos federal, estaduais e municipais, representantes de instituições de ensino superior e movimentos sociais. Estes têm como função acompanhar e avaliar as ações de EJA, esta Comissão também é responsável por conferir a Medalha Paulo Freire às Instituições e personalidades que se destaquem no em universalizar a alfabetização no Brasil.

A cada doze anos a Unesco realiza conferências para debates para implementação dessa modalidade de ensino nos diversos países do mundo., há de se salientar que doze anos é muito tempo para consertar algo, é uma década perdida, todo o ensino fundamental perde-se. O mundo inteiro se preocupa com educação, no Brasil o MEC na tentativa de seguir os acordos firmados por outros países, há tantas reuniões, comissões, diretrizes, políticas Públicas e criação de secretarias, mas todas as reuniões não estão gerando resultados positivos. Podemos citar o Japão como exemplo, que investiu fortemente na educação e mudou a realidade de um País devastado.

No Brasil a devastação é econômica e social, podemos observar nas comunidades que o acesso à escola é baixíssimo, a violência que impera nas favelas transforma todo o ambiente, criando assim uma bola de neve de pessoas que não conseguem melhorar seu futuro por falta de acesso à educação. Nestes lugares associações tentam amenizar os problemas existentes,

porém a criminalidade elevada impede e crianças tornam-se adultos analfabetos, sem perspectivas de um futuro melhor.

As ONG'S tentam atuar nas comunidades, pois sabem que somente a educação traz um futuro digno. A profissionalização por meio de EJA, está previsto na meta 10 do PNE, esta é mais uma tentativa de tornar a escola mais atraente, a perspectiva é que 25% das vagas tenham vínculo com a educação profissional. Uma data foi criada para simbolizar o dia Nacional da Alfabetização, 14 de novembro de 1966 o então Ministro Mendonça Filho disse que a alfabetização não se baseia unicamente no ato de aprender a ler e a escrever. "Ela também considera a importância do desenvolvimento da capacidade de compreensão, interpretação e produção de conhecimento".

### 3.2 As contradições do IBGE

O IBGE entra em contradição com suas pesquisas, pois afirma que a taxa de analfabetismo vem caindo, este mesmo órgão diz que existem 13 milhões de brasileiros que não sabem ler ou escrever, e estudos mostram que 90% desses números estão na Região Nordeste, apesar de receberem apoio técnico para implementação do programa, para que os alfabetizando deem continuidade aos estudos. "Para auxiliar os estados e municípios que apresentam dificuldades para executar o programa, o Ministério da Educação enviará consultores para que as dúvidas sejam esclarecidas, e todo esse esforço é para que o Programa tenha menos evasão, maior rendimento escolar e motivação para ingressar no ensino regular, completando assim a educação básica". É necessário enfatizar que todo esforço é para diminuir a evasão escolar, mas porque ela acontece? Até incentivos financeiros são destinados à educandos e professores, bolsas, que tentam manter educandos na escola.

O Enceja é mais uma forma de certificar educandos, é o instrumento de avaliação de desempenho de adultos ou jovens que perderam a escolaridade na idade certa, ele é gratuito, a certificação pode ser reconhecida na íntegra ou parcialmente, dependendo do que o educando consiga cumprir nas áreas avaliadas, ou seja, o educando faz provas e se o resultado for positivo, o educando elimina a disciplina. o certificado é emitido pela secretaria estadual de educação ou instituição que firme convênio com o Inep. O analfabetismo funcional é aquele que o indivíduo não é capaz de compreender textos de diversos gêneros textuais, até mesmo os mais simples e mais comuns do cotidiano.

Esse conceito é importante porque sem a compreensão da leitura não há desenvolvimento intelectual satisfatório. Por mais que se trabalhe tanto para que se consiga resultados positivos ainda percebemos claramente que a leitura é deixada de lado por quase

metade da população, a assiduidade não existe e as dificuldades de compreensão estão bem presentes e não somente nos educandos adultos, mas também em educandos em séries iniciais e que já deveriam dominar a leitura. Numa pesquisa encomendada pelo Instituto Pró-Livro em 2015, 56% das 5.012 pessoas não liam com frequência, o critério para definir um leitor a pessoa que leu, inteiro ou em partes pelo menos um livro nos últimos três meses. Apesar de tantos esforços em erradicar o analfabetismo nos idosos, ainda é expressivo os números sobre idosos que não conseguem aprender a ler e escrever.

Então como fazer para que os programas existentes para erradicação do analfabetismo sejam eficazes? Por meio de métodos que se encaixam nas condições especiais do idoso, que é muito diferente das crianças que serão alfabetizadas, não pode ser usado o mesmo método, pois são mundos diferentes, os idosos já passaram por longos caminhos, vivências que devem ser incorporadas aos programas, para que tenham sentido e facilitem o aprendizado, idosos não são crianças, a metodologia, material devem ser específicas para a faixa etária que se trabalha, este um público que ainda está no mercado de trabalho, mas não é assistido em seu direito à educação eficaz, um cidadão e que sente-se muitas vezes envergonhado com a condição de analfabeto, esta dificulta muito a vida daqueles que não tiveram a oportunidade de estudar, depender de outros para até mesmo ler o nome das medicações para doenças que a vida trouxe, que fazem parte da rotina do idoso, e esta passa a ser uma tarefa impossível de realizar, tornando-se perigoso para sua saúde e que recorre-se a desenhos para que não se engane e troque as medicações.

As Políticas Públicas têm o poder de mudar essa situação, basta boa vontade governamental para que realmente todos sejam iguais perante a Lei. De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e estatística), analfabeto é aquele não tem capacidade de leitura ou escrita “de um bilhete simples no idioma que conhece”, ainda podemos citar outro conceito. O Indicador de Analfabetismo Funcional (Inasf) o classifica em analfabetismo e alfabetização de nível rudimentar. Este termo foi criado nos Estados Unidos na década de 1930 e utilizado pelo exército norte-americano durante a segunda Guerra Mundial, indicando a capacidade de entender instruções escritas necessárias para a realização de tarefas militares (Castell, Luke; MacLennan 1986).

A antropóloga Tatiana Cipniuk traz um novo conceito, ela o destaca como um “problema social” e desonra pessoal, muitas vezes ele está associado à ignorância total, ignorando e desprezando as outras formas de inteligências e conhecimentos dominados por aqueles que não sabem ler. A ampla disseminação do termo analfabetismo funcional em âmbito mundial, deu-se à UNESCO, que adotou o termo e em 1978 visou padronizar as estatísticas



educacionais e influenciar as políticas educativas dos países-membros. O conceito com o passar das décadas vai se expandindo. O analfabetismo na terceira idade é uma situação que precisa de mais atenção porque está havendo um descumprimento dos direitos adquiridos, significa que por toda vida esse direito à educação foi negado torna-se omissão governamental, e esta se dá devido a um capitalismo industrial no mundo, não somente no Brasil. A ideia de escola e formação está relacionada à criança, que passará por várias etapas até enfim, formar-se na faculdade e entrar no mercado de trabalho, marcando assim o início da fase adulta. A identidade social é criada, havendo um elo entre estudar e trabalhar, tornando-se apto então para iniciar sua trajetória na área do trabalho.

Nas referências consultadas, a forma de ensino é uma educação bancária, onde o educador tem domínio sobre o educando, e isso desestimula o educando a continuar estudando, é preciso que a educação seja libertadora, uma educação onde aquele que busca o saber seja ouvido, uma educação onde o professor seja um instrumento de mudanças, de transformação, esta educação tradicional, que se arrasta há tantas décadas não leva em conta as experiências acumuladas do idoso, que por ser tratado como objeto e não um ser pensante acaba por desistir de estudar, outro fator também que coopera para a evasão é a vergonha por muitas vezes não conseguir acompanhar o desenvolvimento da turma, ele que já cumpre uma jornada de trabalho pesada, desiste.

O professor tem um papel fundamental nessa fase do educando, por ser um mediador, o educador deve estar atento para não deixar ninguém para trás. O método de educação de Paulo Freire é o que deveria estar em uso no sistema de ensino, porém ainda vivemos em tempos em que pensar é perigoso, e o governo dita as normas para que o indivíduo não seja capacitado para ser um Ser Crítico. É preciso mudar esta concepção, como diz Paulo Freire (1987, p. 57) “Assim é que, no processo de busca da temática significativa, já deve estar presente a preocupação pela problematização dos próprios temas, por suas vinculações com outros por seu envolvimento histórico-cultural”.

O programa Educação para Jovens e Adultos, que tem como objetivo atender educandos adultos e que já passaram da idade escolar, não atingiu seus objetivos, um número inexpressivo foi alcançado, por isso, sua formulação está sendo estudada, pois, segundo o MEC, é prioridade mudar este cenário de crescente taxa de analfabetismo, entretanto, esquecem do idoso, sua prioridade é a faixa etária de 18 a 29 anos. É necessário verificar onde estão os erros e não ficar criando programas diferentes, assim não se perde tempo e não se aumentam ainda mais os números negativos. É preciso que o cidadão deixe de ser um número na estatística e seja visto como um cidadão de direito.

## CONCLUSÃO

Este trabalho teve como norte chamar a atenção para um grupo esquecido dos idosos em relação à educação. É preciso perceber que o idoso ainda tem suas vontades, anseios, e que sente-se muito envergonhado toda vez que precisa assinar algo e tem que responder que não sabe ler e escrever, e ver-se obrigado a pôr o dedo numa almofadinha, sujar o dedo e apertar sobre o papel, isto não é uma assinatura, o que é deixado no papel é o sentimento de vergonha que é engolido a seco, em seus olhos percebe-se uma grande decepção consigo mesmo, com a vida difícil que teve, e sua oportunidade de estudar ficou em último plano.

Quando chega a aposentadoria em que o idoso teria a oportunidade de resgatar suas vontades, seu sonho de ler e escrever, a didática o impede, não que ele seja menos inteligente, menos capaz, mas, porque seu organismo já não coopera para acompanhar o esquema de ensino montado para os adultos mais jovens, o ritmo é diferente, biologicamente falando, a paciência também não coopera, sem esquecer que o horário das aulas é sempre no noturno, as aulas terminam tarde e o perigo pesa mais na balança do que a vontade de aprender. Me questiono e lanço o desafio do Estado pensar um pouco mais naquele que contribuiu a vida inteira pagando seus impostos e alimentando a máquina.

Porque não criam escolas que atendam idosos que não puderam qualquer que seja seu motivo, estudar? Existem as Universidades Abertas para Idosos, no entanto, tem função social, a interrelação com o idoso é de inseri-lo no meio acadêmico, porém, de alfabetizar está fora dessa ação da universidade. Diante dos fatos expostos, afirmo que é preciso mudanças, é preciso ver o idoso com outro olhar, que ele é um cidadão com direitos garantidos e que esses direitos devem ser respeitados, é preciso mais sensibilidade ao criar Programas para erradicar o analfabetismo, eles precisam ser eficazes, para que não seja mais um programa e para que o Idoso não seja mais um número do Censo.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição da república Federativa do Brasil de 1988, Brasília, DF, Ed. Presidência da República. Art. 208, cap. I ao VII.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **O Processo de Escolarização em Minas Gerais: Questões Teórico-metodológicas e Perspectivas de Análise**. In: VEIGA, C. G., FONSECA, T. N. de L. (orgs.). *Historia e Historiografia da Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.p. 82.

PERES, Marcos Augusto de Castro. 2001**Velhice e Analfabetismo, uma relação paradoxal, a exclusão educacional em contextos rurais da região Nordeste** 29 dez. 2020. Disponível

em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922011000300011&script=sci\\_arttext&tlng=pt.](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922011000300011&script=sci_arttext&tlng=pt.) >Acesso em 28 dez. 2020.

RESENHA DO LIVRO: **Educação como prática da liberdade de Paulo Freire**. Pedagogia ao Pé da Letra, 2013. Disponível em: <<https://pedagogiaaopedaletra.com/resenha-educacao-como-pratica-liberdade-paulo-freire/>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2021.

Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 61, p. 379-389, mar 2015 **termos culturais e linguísticos, distribuída ao longo da costa e na bacia dos Rios Paraná –Paraguai portuguesa**. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/espacodoconhecimento/historia-escrita/#:~:text=Uma%20escrita%20sistemizada%20aparece%20somente,surgem%20os%20hier%C3%B3glifos%20no%20Egito>> Acesso em: 2 jan. 2021.

RESENHA DO LIVRO: **História inacabada no brasil de Alceu Ravanell Ferraro**. 2009 Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=576161045001>. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302011000100015](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302011000100015)> Acesso em: 30 dez. 2020

RESENHA DO LIVRO: **O menino que lia o mundo de Paulo Freire**. BRANDÃO, Carlos Rodrigues, História do Menino que lia o mundo. 2 ed. Veranópolis, RS:ITERRA 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/34167>> Acesso em 28 dez. 2020. Disponível Em: <http://alfabetizacao.mec.gov.br/politica-nacional-de-alfabetizacao-2/o-que-e>>Acesso em 29 dez. 2020

ROSÁRIO, Maria José Aviz, MELLO, Clarisse Nascimento. Revista HISTEDBR Online, Campinas, nº 61p. 379, mar 2015.

Enviado em: 07/12/2021.

Aceito em: 09/12/2021 (Artigo pré-aprovado nas bancas de TCC da UEG UAB 2021/1).